A economia se ajusta à inflação mais baixa

Adaptação dos bancos é condição para uma "verdadeira política monetária", diz secretário

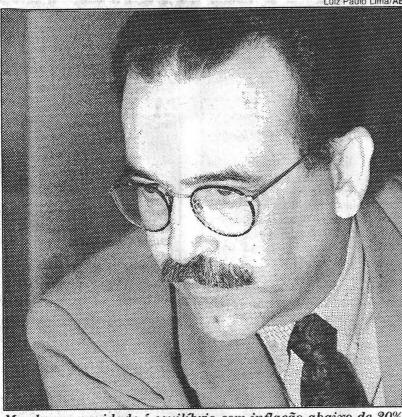
ROLF KUNTZ

maior exibição de autoconfiança do governo, na última semana, não foi sustentar a intervenção no Banco Econômico, mas divulgar um cálculo em moeda corrente, isto é, em reais. Num país acostumado à linguagem dos dólares e da correção monetária, falar em déficit nominal, isto é, medido em valores do dia-adia, é quase mudar de idioma. Consumidores, empresários e governo estão aprendendo a funcionar com inflação mais baixa. Este é um dos principais argumentos do secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, para apostar numa fase de crescimento mais ajustado, sem grandes trancos para cima e para baixo, em 1996.

O Banco Central anunciou, na sexta-feira, um déficit público nominal, de janeiro a maio, igual a 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB). A medida mais utilizada desde os anos 80, o déficit operacional, ficou em 1,5%. Se a inflação continuar em queda, os dois cálculos acabarão coincidindo. O déficit operacional, isto é, com receitas e

despesas diárias da administração, mais juros reais, deverá estar próximo de zero no fim do ano, segundo Mendonça de Barros. O resultado não será novo, mas a situação, sim: é muito mais difícil conseguir o equlí-

brio operacional com a inflação abaixo de 30% ao ano. Antes, lembra o secretário, o governo protegia as receitas com a correção monetária e ganhava com a inflação ao retardar as despesas.



Mendonça: novidade é equilíbrio com inflação abaixo de 30%

A inflação apontada pela Fipe vem diminuindo, depois do calombo de julho, e parece indicar uma entressafra tranqüila. Mas esse não é o único fator de confiança apontado por Mendonça de Barros. Alguns preços que subiram bem mais que a média durante um

CONSUMIDOR

E EMPRESÁRIO

JÁ PAGARAM

PELA LIÇÃO

ano, como os de restaurantes e lanchonetes, serviços pessoais, serviços médicos, vêm aumentando mais lentamente. Como não são afetados pela concorrência dos produtos importados, a resistência dos consu-

midores é seu único freio. Na terceira apuração de julho, a Fipe mostrou, pela primeira vez desde o lançamento do real, que o conjunto desses preços produziu uma inflação menor do que a média.

Aumento do PIB
Ano: 4,5% acumulados
1% semestre: 8%
Inflação
ano: menos de 30%
IGP até jul: 12,48%
Contas públicas
ano: operacional zero
Jan-Mai: -1,5% do PIB
Saldo comercial
ano: recuperação
jan-jul: -US\$ 4,3 bilhões

Isso pode parecer uma firula técnica, mas Mendonça de Barros tem outra interpretação: o consumidor está reagindo e forçando os prestadores de serviços a ter mão mais leve nos reajustes. O aprendizado foi duro. Acostumados com a inflação, muitos se endividaram, sem ter noção do que significam juros mensais de 10%. A inadimplência foi o resultado. Os empresários também devem ter aprendido, depois de programar grandes estoques sem pensar no custo.

O crédito já era caro quando comecou o endividamento, mas acabou ficando ainda mais caro no primeiro semestre. Foi um meio não só de podar o excesso da procura, para frear os preços, mas também de conter as importações. O crescimento dos negócios, muito rápido até o primeiro trimestre, foi freado. O saldo comercial começou a melhorar. Em julh houve equilíbrio, mas ainda há um déficit acumulado. Haverá superávits mensais no segundo semestre, diz Mendonça de Barros, mas talvez ainda haja déficit nos 12 meses.

"Os números médios deste ano vão ser bons", diz o secretário (ver tabela). "O problema é saber para onde estarão apontando os dados do fim de ano". A taxa de juros será um dos mais importantes entre esses dados. Se estiver mais próxima da normalidade, será um sinal de que o plano vai bem. Quando um ministro promete baixar os juros, está assumindo um compromisso que envolve muito mais que o custo do dinheiro.

O BC já tem afrouxado a política monetária, reduzindo o recolhimento compulsório dos recursos bancários. Isso pode dar mais fôlego aos empresários. Mas o avanço dessa política dependerá de outros fatores, como o progresso das reformas tributária e fiscal e a adaptação dos bancos à inflação mais baixa. A maior parte do sistema financeiro parece estar ajustada e a depuração prevista deve estar quase completa. Está mais perto o momento em que o BC poderá controlar a moeda com maior firmeza, deixando de socorrer os bancos no dia-a-dia para fechar o caixa. Mendonça de Barros, porém, não se arrisca a indicar um prazo para começar essa "verdadeira política monetária".